

SEXISMO NA LITERATURA? – UM ESTUDO DE OPÇÕES DE LEITURA NUMA TURMA DE 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

BARREIROS, Cláudia Hernandez* – UERJ

BAIÃO, Jonê Carla – UERJ

GT-04: Didática

Agência Financiadora: FAPERJ

Com base em nossas teses de doutoramento, concebemos um projeto de pesquisa que visa contribuir com a produção de conhecimento no campo da didática com vistas à constituição de uma perspectiva intercultural para o trabalho com os anos iniciais do ensino fundamental e com a educação infantil, apostando na noção de jurisprudência da pedagogia defendida por Tardif e Gauthier (2001).

Acreditamos que na prática, no dia a dia, no cotidiano de trabalho, nós, professoras e professores, temos inventado um modo de fazer, de atuar como docentes, o que hoje significa enfrentar a diversidade, a multiplicidade, a diferença.

Preocupamo-nos com o desenvolvimento de uma ação pedagógica nas escolas que respeite as diferenças de todos/as os/as envolvidos/as no processo educativo e aposte na constituição de espaços comuns a partir da negociação dessas diferenças. Desse modo, alinhamo-nos com Peter McLaren (1997), quando este defende um multiculturalismo crítico e com Vera Candau (2005), quando propõe uma didática intercultural.

Reconhecendo as/os docentes como produtores de saberes, alinhamo-nos com Tardif e Gauthier (2001), quando apontam que, ao tomarmos em conta os significados e as razões que as/os professoras/es atribuem a suas ações como elementos de análise necessários, embora não suficientes, nos permitimos “estabelecer uma articulação entre o discurso objetivador sobre os fenômenos sociais e os discursos elaborados pelos atores sociais envolvidos na ação, sem a qual não haveria justamente fenômenos sociais.” (p. 198). Essa atitude nos permitirá uma maior colaboração entre os/as professores/as práticos/as e os/as pesquisadores/as, uma vez que reconhece a capacidade de autoria dos/as primeiros/as.

Nosso trabalho, portanto, consiste em sistematizar e publicizar práticas, princípios e fundamentos que professoras/es práticos/os vêm desenvolvendo para tomar esses saberes para análise e reflexão em novos contextos: uma ‘jurisprudência da pedagogia’.

* Este texto é fruto de uma reflexão parcial da pesquisa “Constituir saberes didáticos para lidar com a diferença na escola operando com a noção da jurisprudência da pedagogia” desenvolvido no interior do Grupo de Pesquisa “Formação em diálogo: narrativas de professoras, currículos e culturas” do Departamento de Ensino Fundamental do CAP/UERJ.

Não para tomá-los no sentido prescritivo, mas como um elemento a mais na reflexão, “matéria de processo, de deliberação, discussão, argumentação e reflexão.” (idem: 204) Desse modo, nossa pesquisa inclui a inserção em duas escolas, com a participação de várias professoras no projeto de reflexão sobre o que seria uma didática intercultural crítica e como poderia ser desenvolvida em suas práticas docentes, socializando o que já realizam e discutindo e elaborando novas alternativas, tentando levá-las a termo e colocá-las à prova. A análise de propostas multi/interculturais e os processo de formação mútua vêm ajudando o grupo a perceber os limites e possibilidades desse projeto.

Para este pôster, recortamos um evento: uma roda de leitura numa turma de quinto ano do ensino fundamental.

Em primeiro lugar, precisamos dizer que rodas de leitura são bastante comuns na prática pedagógica do colégio em análise. Elas acontecem pelo menos uma vez por semana e têm como objetivo central a socialização das escolhas literárias de crianças e adolescentes de modo a divulgar os títulos lidos pelo grupo numa perspectiva de convite ao/à colega para novas leituras. Em algumas semanas, a professora pode indicar um gênero, tema ou mesmo um acervo específico, mas, na maioria das vezes, a escolha é totalmente livre.

Ao longo do ano, a professora foi observando que nos títulos livremente escolhidos pelos meninos não havia nenhum que parecesse ser de um gênero (ou sexo) exclusivo. No entanto, nas escolhas das meninas, muitas vezes os títulos eram exclusivamente destinados ao público adolescente feminino. No primeiro caso, incluía títulos como “Harry Potter”, “Meu pé de laranja lima” ou “O fantasma de Canterville”, por exemplo. No segundo caso: “Coisas que toda menina deve saber”, “Lições de princesa” ou “As rosas inglesas”.

Programamos conjuntamente uma roda específica em que cada criança/adolescente teria de apresentar ao grupo o livro apresentado na roda daquele quinto ano de que mais tivesse gostado, justificando sua escolha e caracterizando-se como leitor/a naquele momento.

Nosso objetivo ao propor uma “roda dos livros preferidos do ano” era perceber se aquela tendência de uma leitura sexista observada pela professora ao longo do ano iria se confirmar quando o livro fosse “o preferido”.

Optamos por gravar o evento em vídeo, embora acreditássemos que a filmagem da roda poderia desencadear naquelas crianças/adolescentes uma “relação ambivalente entre o

sujeito e as possibilidades oferecidas pela câmara, pois a sensação de perda de controle da própria imagem e do seu discurso é um fenômeno que, se inibe e ameaça, também seduz.” (Jobim e Souza, 2003: 85) Observamos que, em alguns momentos as crianças/adolescentes pareciam temer a câmera, em outros, tentavam se exhibir, se expor, se colocar mais ao grupo (ou à câmera?). Jobim e Souza nos fala dessa sedução e explica que

“... no centro da consciência de sermos sujeitos efêmeros existe o desejo de permanência de nossa imagem, da nossa presença no mundo, experiência que agora é recriada pela técnica. De fato, o sujeito que se coloca disponível para uma câmara sabe que a sua imagem ao descolar-se de si ganha uma existência própria e poderá, portanto, ser retomada por outras pessoas desencadeando interpretações infinitas.” (2003: 86)

Para nós, a videogravação parecia ser um instrumento interessante ao nos possibilitar uma análise em profundidade não só das escolhas literárias, mas também das falas, gestos, movimentos, olhares...

Enfim, “a roda dos livros preferidos” aconteceu. E as escolhas sexistas? Sim, elas reapareceram, especialmente por parte de algumas meninas em “Lições de Princesa”, “Pérola e a bolsa perdida” e “As rosas inglesas”.

No entanto, também meninas trouxeram escolhas que, à primeira vista, parecem não ter orientação sexista, como “O fantasma de Canterville”.

Meninas e meninos escolheram “Monstros de Faerun”, “Odisséia”, “O livro das virtudes para crianças”, “Creuza em crise”, “Que sexta-feira mais pirada”, “Aquele tombo que eu levei”, “O mundo de Rep”, “Curiosidades”, etc.

A observação das imagens e dos livros escolhidos, o trabalho de rever coletivamente o vivido, a experiência da escrita e leitura de um texto de análise sobre essa roda de leitura gerou um movimento nas docentes-pesquisadoras de reflexão sobre quais seriam de fato as marcas sexistas de daqueles textos.

“As rosas inglesas”, por exemplo, conta as aventuras de um grupo de meninas. Isso torna o livro feminino?! “Odisséia” conta as aventuras de um herói masculino e seu exército. No enredo, as figuras femininas são coadjuvantes. Isso não é masculino?! E, portanto, sexista?!

Alguns diriam que Homero é um herói universal e que, portanto, não há como caracterizar a “Odisséia”, um clássico, como um texto sexista.

A essa altura, a hipótese inicial de que as meninas fariam escolhas mais exclusivas começa a ficar abalada: como nós, professoras-pesquisadoras, podemos delimitar o que é sexista ou não?

Ao lançar um livro como “Lições de Princesas”, por exemplo, uma editora poderia ou não estar se dedicando a um grupo apenas, o feminino. No entanto, nossa sociedade marcadamente machista, tem imposto, ou inibindo aos meninos a possibilidade de escolha de tais títulos. Imaginemos as “chacotas” por que passariam os pré-adolescentes que trouxessem alguns desses títulos como seu favorito.

Parece que aos meninos são bem mais demarcados os limites do que seja *próprio para meninos e próprio para meninas*.

Como apontam Eckert e McConnell-Ginet, os meninos sofrem mais sanções (recriminações) que as meninas quando invadem os limites dos mundos separados (2004: 22). Vemos que alguns livros parecem trazer uma marca cultural do “neutro” tal como “O fantasma de Canterville”. Aceita-se que meninas e meninos optem por esse tipo de livro. Essas marcas estão escritas tanto nas crianças/adolescentes quanto nas professoras.

À questão que constava no roteiro de apresentação do perfil do/a leitor/a sobre os gêneros textuais de preferência, as meninas responderam: aventura, suspense, terror e romance. Os meninos: aventura, suspense e terror. O que é sexista e o que é “neutro” nessas listas?! Há algo neutro?!

Vemos que as escolhas das meninas fazem-se mais plurais na medida em que englobam todas as escolhas dos meninos e mais o romance. Ou seja, são os meninos que excluem um gênero em suas leituras. Nossa pergunta é por quê? Por que os meninos não escolhem o romance?

O fundamental para nós neste texto é apontar o movimento de reflexão desencadeado pela pesquisa entre as docentes-pesquisadoras.

A percepção da professora da turma de que as questões de gênero permeavam as escolhas de leituras das alunas e dos alunos sinaliza a importância da ação pedagógica para a chamada de meninas e meninos à reflexão sobre como se processam suas escolhas.

Moita Lopes (2002) e Guacira Louro (1999) afirmam que é papel da escola polemizar/debater as razões históricas das relações de gênero, de modo a possibilitar que as crianças aprendam também na escola a “desnaturalizar” as construções de gênero e as percebam como produções culturais e, portanto, históricas.

A prática pedagógica instaurada pela professora pesquisadora-pesquisada mostra ser crítica em relação às questões de gênero no cotidiano da escola: a atenção nas atividades rotineiras sobre como agrupar as crianças, arrumar a roda, atividades cognitivas de pares em que, sempre que possível, coloca meninas e meninos em interação. Esse comportamento direciona a conduta do grupo para que barreiras separatistas sejam vencidas. Isso não quer dizer que a professora não viva suas contradições, que ela não tenha seus movimentos de ida e vinda, que para ela pensar e atuar nas questões de gênero seja algo claro, límpido e sem nenhum preconceito.

Esse evento, como um dos muitos que vamos experimentando em nossa pesquisa, ao tomar as professoras como pesquisadas-pesquisadoras em busca da construção de uma didática intercultural vai nos mostrando como a formação mútua vai se dando no movimento do trabalho de reflexão sobre as ações.

A noção de jurisprudência da pedagogia vai se mostrando fecunda ao nos indicar que nosso objetivo é o de sistematizar esses aprendizados buscando a elaboração de um conjunto de orientações para nossas ações futuras.

Como Moita Lopes (2002) acreditamos que é preciso desenvolver uma “educação lingüística” que promova a transformação social. E será nos embates discursivos de todo dia que isso se fará possível. Dito de outro modo: todos os/as professores/as, de todas as disciplinas, que desejem contribuir para uma redução das desigualdades sociais precisam garantir que suas salas de aula tornem-se espaços para que se repense, ressignifique, reconstrua as identidades e as hegemonias presentes na sociedade, possibilitando aos/às alunos/as a compreensão de como suas identidades foram/estão sendo construídas socialmente.

Bibliografia:

TARDIF, M. & GAUTHIER, C. O professor como “ator racional”: que racionalidade, que saber, que julgamento? In: PERRENOUD, P. et al (orgs.) *Formando professores profissionais: quais estratégias? Quais competências?* 2 ed. rev. Porto Alegre: Artmed, 2001; pp. 185-210.

MCLAREN, P. *Multiculturalismo crítico*. São Paulo: Cortez, 1997.

CANDAU, Vera M^a (org.). *Cultura(s) e educação: entre o crítico e o pós-crítico*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

JOBIM E SOUZA, Solange. Dialogismo e alteridade na utilização da imagem técnica em pesquisa acadêmica: questões éticas e metodológicas In: KRAMER, S.; ____ e

FREITAS, M. T. (orgs). *Ciências humanas e pesquisa: leituras de Mikhail Bakhtin*. São Paulo: Cortez, 2003; pp. 77 a 94.

ECKERT, Penelope & MCCONELL-GINET, Sally. *Language and Gender*. Usa, Cambridge Press, 2004.

LOURO, Guacira L. (org). *O corpo Educado. Pedagogias da Sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

MOITA LOPES, L. P. da. *Identidades Fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.